



## MERCADOS



## Bolsa reage à tarde e tem leve alta de 0,29%, aos 123,8 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de agenda mais cheia, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) operou em margem de pouco mais de mil pontos entre a mínima (122.969,29) e a máxima (124.048,45) da sessão, em que os destaques foram as leituras sobre a inflação no Brasil e nos Estados Unidos, divulgadas ainda pela manhã. No fechamento, vindo de perdas nas duas sessões anteriores, o Ibovespa (Índice Bovespa) mostrava leve alta de 0,29%, aos 123.863,50 pontos, com giro reforçado a R\$ 36,1 bilhões, em dia de vencimento de opções sobre o índice. Na semana, o Ibovespa acumula perda de 0,94%, limitando o ganho do mês a 0,87% e o do ano a 2,98%.

Entre as blue chips, o dia foi majoritariamente negativo, e ao fim misto para Petrobras (ON +0,36%, PN sem variação), em dia de ganhos na casa de 2% para o petróleo em Londres e Nova York, após dados dos EUA terem apontado grande queda nos estoques de gasolina na última semana. Destaque para o recuo de 1,25% em

Vale ON, que ontem havia contribuído de outra forma com o Ibovespa ao oscilar para cima. Em geral, os grandes bancos também iam mal nesta quarta-feira, mas melhoraram no fechamento, com destaque para Santander Unit (+0,12%), Itaú PN (+0,31%) e Bradesco ON (+0,48%).

Na ponta ganhadora do Ibovespa, RDSaúde (+5,03%), Minerva (+4,26%) e Cognia (+4,24%). No lado oposto, Azzas (-13,39%), Braskem (-4,02%) e Automob (-3,85%). Entre as componentes do índice, o desempenho de Azzas refletiu a "insatisfação do mercado com o balanço divulgado, em que lucrou 38,5% menos no quarto trimestre", diz Anderson Silva, head da mesa de renda variável e sócio da GT Capital.

## DÓLAR

Após operar em alta moderada pela manhã, em linha com o comportamento predominante da moeda americana no exterior, o dólar perdeu força ao longo da tarde e fechou a sessão de ontem, cotado a R\$ 5,8088, em queda de 0,05%.

## IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Sem o desconto na conta de luz que ajudou a segurar a inflação em janeiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a inflação oficial, fechou fevereiro em 1,31%. É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%).

Os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no acumulado de 12 meses, o IPCA soma 5,06%, o patamar mais alto desde setembro de 2023 (5,19%) e fica acima da meta do governo - de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta só é considerada cumprida se estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

Em janeiro, o acumulado de 12 meses ficou em 4,56%, ou seja, neste novo modelo de acompanhamento de meta, fevereiro é o segundo mês fora da tolerância.

## CONTA DE LUZ

A alta da energia elétrica, de 16,8%, foi o que mais pressionou a inflação. Essa variação representa impacto de 0,56 ponto percentual no índice. A explicação está no efeito estatístico causado pelo fim do Bônus Itaípu - desconto que os brasileiros receberam na conta de luz em janeiro e fez com que a inflação daquele mês ficasse em 0,16%.

Saiba o que é o bônus na conta de luz que ajudou a segurar a inflação em janeiro.

Sem o desconto em fevereiro, o preço da energia dá um salto no mês seguinte. Isso fez com que o item habitação passasse de -3,08% em janeiro para 4,44% em fevereiro, exercendo o maior impacto (0,65 ponto percentual) inflacionário do mês.

"O subitem energia elétrica residencial passou de uma queda de 14,21% em janeiro para uma alta de 16,80% em fevereiro", explica o gerente do IPCA, Fernando Gonçalves.

De acordo com Gonçalves, se o impacto da energia elétrica fosse retirado do cálculo, a inflação teria sido de 0,78%, o maior desde fevereiro de 2024 (0,83%).

## MENSALIDADES

O segundo grande peso de alta de preços em fevereiro foi a educação, que subiu 4,7%, represen-

tando impacto de 0,28%. A explicação está nos tradicionais reajustes de mensalidades escolares, com destaque para o ensino fundamental (7,51%), ensino médio (7,27%) e pré-escola (7,02%).

## ALIMENTOS

Uma das grandes preocupações atuais do governo, o preço dos alimentos desacelerou em fevereiro, ou seja, continuaram subindo, no entanto em menor velocidade.

A alta ficou em 0,70% (impacto de 0,15 ponto percentual), ante 0,96% de janeiro (0,96%).

Os maiores impactos no grupo alimentos e bebidas foram o café moído, que subiu 10,77% (impacto de 0,06%) e o ovo de galinha, com alta de 15,39% e impacto de 0,04 ponto percentual.

"O café, com problemas na safra, está em trajetória de alta desde janeiro de 2024. Já o aumento do ovo se justifica pela alta na exportação, após problemas relacionados à gripe aviária nos Estados Unidos e também pela maior demanda devido à volta às aulas. Além disso, o calor prejudica a produção, reduzindo a oferta", diz o gerente do IPCA.

Em 12 meses, o café subiu 66,18%.

Cerca de 92% do resultado do IPCA de fevereiro estão concentrados em quatro dos nove gru-

pos de produtos e serviços pesquisados: habitação, educação, alimentação e bebidas e transportes.

## TRANSPORTES

O grupo transportes subiu 0,61% (impacto de 0,13 ponto percentual), abaixo do registrado em janeiro (1,30%). O reajuste no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual, influenciou o aumento de 2,89% nos combustíveis.

A gasolina ficou 2,78% mais cara e representou a segunda maior pressão em todos os produtos e serviços pesquisados pelo IBGE - impacto de 0,14 ponto percentual. O óleo diesel subiu 4,35%, e o etanol, 3,62%. O impacto da gasolina é maior que o dos demais combustíveis pois é um produto que tem mais peso na cesta de consumo das famílias.

## ESPALHAMENTO

O índice de difusão do IPCA de fevereiro ficou em 61%. Isso significa que dos 377 subitens (produtos e serviços) pesquisados pelo IBGE, 61% apresentaram elevação de preço. Em dezembro, o patamar era de 69%; em janeiro, 65%. Se forem considerados apenas os produtos alimentícios, o índice de difusão de fevereiro cai para 55%.

## CLT

## Governo publica MP do novo crédito consignado

MATHEUS PIOVESANA E GIORDANNA NEVES/AE

O governo federal publicou ontem, a medida provisória 1.292, que cria o novo crédito consignado privado. O texto saiu em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

A MP altera pontos da legislação trabalhista para permitir o uso do eSocial para que as instituições financeiras consultem os dados dos trabalhadores, e para que a partir disso, ofertem a nova modalidade.

O texto também prevê que, durante os 120 primeiros dias da oferta, operações destinadas a trabalhadores que tenham empréstimo pessoal ou consignado privado em aberto só possam ser feitas para liquidar os saldos dessas operações. A informação

foi antecipada na terça-feira, pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Esse mecanismo é visto pelo governo e pelas instituições financeiras como uma forma de estimular a migração dos clientes de linhas de crédito mais caras para o novo produto, que deve ter juros mais baixos.

O cliente não será obrigado a liquidar as operações antigas, mas neste caso, não poderá contratar o novo consignado.

Outros detalhes do novo produto que constam da MP já haviam sido divulgados mais cedo pelo governo, entre eles a oferta através de plataformas do governo e dos bancos, e um prazo também de 120 dias para que operações do antigo consignado privado sejam transferidas ao novo sistema.

## CAIXA

## Mercado de crédito tem muito a crescer

SOFIA AGUIAR, CÍCERO COTRIM E AMANDA PUPO/AE

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, afirmou que o mercado de crédito no País tem muito a crescer e estão sendo geradas oportunidades para isso. Segundo ele, os bancos privados, e não públicos, elogiaram a medida nos meios de comunicação ontem, o que demonstra a sua importância.

"Não é segregando um cidadão que vamos fazer com que o mercado de crédito brasileiro cresça. O mercado de

crédito brasileiro tem muito a crescer. Nós estamos gerando a partir deste momento uma oportunidade para que possamos, para esse segmento de crédito consignado privado, fazer com que o PIB do Brasil cresça", afirmou Vieira em cerimônia de lançamento do Programa "Crédito do Trabalhador" nesta quarta-feira, no Palácio do Planalto. "Não existe caminho melhor para crescer um país a não ser pelo crédito", completou.

Segundo ele, o Brasil tem um dos sistemas bancários mais robustos do mundo.

## LINHA DE CRÉDITO

# Lula autoriza uso do eSocial para consignado a empregados CLT

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O governo federal autorizou o acesso direto de bancos e instituições financeiras ao perfil de trabalhadores com carteira assinada por meio do eSocial, para a oferta de crédito consignado a juros mais baixos, com garantia do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A medida provisória (MP) que cria o Programa Crédito do Trabalhador foi assinada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento no Palácio do Planalto.

O Brasil conta hoje com 47 milhões de trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atuando no setor privado. O eSocial é o sistema eletrônico obrigatório que unifica informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de empregadores e empregados de todo o país.

Agora, trabalhadores CLT, incluindo empregados domésticos, trabalhadores rurais e contratados por microempreendedores individuais (MEIs), poderão utilizar a carteira de trabalho digital para ter acesso a empréstimo mais barato nas mais de 80 instituições financeiras que já operam junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

"Não há nada mais milagroso para uma economia do que o dinheiro circular na mão de todos", disse o presidente Lula, destacando o papel do consumo no desenvolvimento de um país. "É exatamente a capacidade de consumo que tem um povo que pode gerar a capacidade de industrialização que se pode fazer", acrescentou.

Para Lula, é importante que os trabalhadores também reconheçam seu direito de acesso ao cré-

dito. "É importante que seja um processo educacional. Porque as pessoas pobres, às vezes, têm até vergonha de chegar na porta do banco. Aham que não foram feitas para ele essas coisas. Então, é um processo educacional para gente poder fazer este país dar um salto de qualidade", disse o presidente.

O sistema do Programa Crédito do Trabalhador na Carteira Digital de Trabalho entrará em operação pelos bancos oficiais e privados a partir do dia 21 deste mês. Em até 120 dias, quem já tem um consignado ativo poderá fazer a migração para a nova linha de crédito na mesma instituição financeira. A partir de 25 de abril, os bancos também poderão operar a linha do consignado privado dentro de suas plataformas digitais. A portabilidade entre os bancos poderá ser realizada a partir de 6 de junho. As taxas de juros de crédito aos trabalhadores devem cair de cerca de 103% ao ano para 40% ao ano. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, explicou ainda que o Crédito do Trabalhador terá portabilidade entre empregos. Ou seja, se o trabalhador mudar de emprego, a dívida será transferida para a folha de pagamento do próximo empregador. "Portanto, uma segurança para que os bancos possam oferecer juro mais barato do que oferecem hoje", reforçou.

"O sistema vem oferecer garantia e segurança e transparência, [o] que é importante para as questões financeiras, para oferecer a menor taxa, e é fundamental para o trabalhador, para ele poder ter acesso a um crédito mais barato do que está pagando hoje, inclusive os atuais créditos consignados

privados", disse Marinho.

## ENDIVIDAMENTO

Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a estimativa é que, em até quatro anos, cerca de 19 milhões de celetistas optem pela consignação dos salários, o que pode representar mais de R\$ 120 bilhões em empréstimos contratados. Atualmente, o consignado do setor privado conta com cerca de 4,4 milhões de operações contratadas, somando mais de R\$ 40,4 bilhões em recursos.

O presidente Lula explicou ainda que a expectativa é que o Crédito do Trabalhador reduza o superendividamento, ao oferecer uma linha de crédito mais atraente também para migrar dívidas com maior custo. Por outro lado, alertou que o povo não pode "gastar o que não tem".

"Os dirigentes sindicais que estão aqui têm que pegar um carro de som e ir para a porta da fábrica e dizer para os trabalhadores que agora eles podem ter crédito barato para que possam sair do endividamento em que se meteram, sair da mão do agiota, sair da mão de banco, que cobra 10%, 12% de juros, sair e procurar o crédito mais barato que puderem encontrar", orientou o presidente.

"O empréstimo é muito bom quando a gente pega para utilizar em uma coisa que vai aumentar o nosso patrimônio. A gente não pode ficar habituado a pegar o empréstimo para pagar outro empréstimo, a gente não vai melhorar a vida assim. A gente tem que fazer o empréstimo para comprar alguma coisa que melhore a nossa capacidade de viver melhor", alertou Lula.

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, afirmou que este é um crédito seguro, rentável, que respeita as políticas de crédito dos bancos dentro das condições de risco e retorno de cada cliente. "Só que mais que isso, é um crédito que inclui, é um crédito que reduz desigualdade. O novo consignado privado aumenta a renda do cliente, aumenta porque libera parte do orçamento mensal das famílias", disse.

"Nós temos aqui o caso de um cliente vendedor, por exemplo, funcionário de uma distribuidora, que não teria acesso a esse crédito, que o crédito dele reduz mais de 52% na taxa e na parcela. Isso significa mais renda mensal, diretamente, porque quando o dinheiro sobra no bolso, é isso que significa. É percepção real de aumento de renda", explicou Tarciana.

## MAIS CRÉDITO

O crédito consignado é um empréstimo que tem as parcelas descontadas diretamente do salário ou benefício do devedor. É uma modalidade de crédito que oferece taxas de juros mais baixas e é uma das mais usadas no Brasil, especialmente por servidores públicos e aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A legislação que trata do consignado já permite que trabalhadores com carteira assinada tenham acesso a esse tipo de empréstimo, descontado do salário. Porém, essa modalidade de crédito requer a assinatura de convênios entre empresas e bancos, o que, na prática, dificulta a adesão de pequenas e médias empresas, e muitas grandes empresas também, ao modelo em larga escala.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)		Demonstrações do resultado				
Nota	2024	2023	Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
Caixa e equivalentes de caixa	811	821	Nota 2024 2023			
Títulos e valores mobiliários	5.530	9.736	17 39.785 39.007			
Concessionárias e permissionárias	3.608	3.408	18 (a) (5.560) (5.658)			
Ativo de contrato	28.685	27.450	18 (b) (1.277) (1.278)			
Outros ativos	1.483	1.387	44 (237)			
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>40.117</b>	<b>42.802</b>	18 (36)			
Títulos e valores mobiliários	2.890	2.652				
Ativo de contrato	281.162	278.786				
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>284.052</b>	<b>281.438</b>				
Imobilizado	768	773				
<b>Total do imobilizado</b>	<b>768</b>	<b>773</b>				
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>284.820</b>	<b>282.211</b>				
<b>Total do ativo</b>	<b>324.937</b>	<b>325.013</b>				
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>						
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)</b>						
	2024	2023				
Lucro líquido do exercício	27.506	25.465				
Outros resultados abrangentes	-	-				
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>27.506</b>	<b>25.465</b>				
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)</b>						
	Nota	Capital Social	Reservas de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>147.000</b>	<b>5.951</b>	<b>47.864</b>	<b>19.198</b>	<b>220.013</b>
Pagamento de dividendos	21 (c)	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.465	25.465
Reserva legal	16 (b)	-	1.273	-	(1.273)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	(6.048)	(6.048)
Dividendo adicional proposto	16 (b)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>147.000</b>	<b>7.224</b>	<b>42.864</b>	<b>37.342</b>	<b>234.430</b>
Pagamento de dividendos	21 (c)	-	-	-	(18.144)	(18.144)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	27.506	27.506
Reserva legal	16 (b)	-	1.375	-	(1.375)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	(6.533)	(6.533)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>147.000</b>	<b>8.599</b>	<b>42.864</b>	<b>38.796</b>	<b>237.259</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 Contexto operacional:** A Linha de Transmissão Corumbá S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém-PA. A Companhia tem por objeto social exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A.. **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão N° 005/2011 (Contrato) tem como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pela Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 295 km, origem na Subestação Anastácio e término na Subestação Corumbá; e pela Subestação Corumbá, 230/138 kV, 2x100 MVA; Entredas de linha, Interligação de Barras, reator de linha, reator de barra, compensado estático, conexões de transformadores, reatores e de compensado estático, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no estado do Mato Grosso do Sul. O Contrato foi assinado no dia 16 de junho de 2011 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 16 de junho de 2041. A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2013. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP)** - A Resolução Homologatória (RH) n° 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 38.393 (RH n° 3.216, de 4 de julho de 2023, em R\$ 37.018 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 3,7%, decorrente, principalmente, do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo 2016-2017 e a segunda ocorreu no ciclo 2021-2022. As próximas revisões estão previstas para ocorrerem nos ciclos de 2026-2027, 2031-2032 e 2036-2037. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 06 de março de 2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **3.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante** - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento. **3.2 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração** - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm

seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: **(i) Custo amortizado** - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **(ii) VJR** - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **3.3 Ativo de contrato** - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadraram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. **Reconhecimento de receita de construção** - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é de 17% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. **Reconhecimento da receita de operação e manutenção** - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. **Reconhecimento de receita de**

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2025

**KPMG**  
**KPMG Auditores Independentes Ltda.** **Milena dos Santos Rosa**  
CRC SP-014428/O6 F-RJ **Contadora CRC RJ-100983/O-7**

**Diário do Acionista**

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

**Tels.:**  
**(11) 2655-1899**  
**(21) 99122-4278**



## AÇO E ALUMÍNIO

# Brasil avalia recorrer à OMC contra tarifa dos EUA

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O governo brasileiro anunciou ontem que avaliará todas as possibilidades de ação no campo do comércio exterior contra a medida do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que impõe tarifa de 25% às importações americanas de aço e alumínio e entrou em vigor ontem. Nesse sentido, recorrer à Organização Mundial do Comércio está entre as possibilidades, diz comunicado.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma instituição multilateral que tem como função regular o comércio internacional, negociar regras, gerir acordos comerciais e resolver disputas. Brasil e Estados Unidos são dois dos 166 países-membros da OMC, que abarca 98% do comércio mundial.

A taxação definida por Trump é uma forma de protecionismo às siderúrgicas americanas, que passam a concorrer em vantagem com produtos importados que chegarão mais caros aos Estados Unidos.

O Brasil é um dos principais afetados, por ser grande exportador de metal para os americanos. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os Estados Unidos são o destino de 54% das exportações de ferro e aço brasileiros.

Em nota conjunta publicada pelos ministérios das Relações Exteriores, e do Desenvolvimento



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Indústria, Comércio e Serviços na tarde desta quarta-feira, o governo brasileiro lamenta a decisão.

“Tais medidas terão impacto significativo sobre as exportações brasileiras de aço e alumínio para os EUA, que, em 2024, foram da ordem de US\$ 3,2 bilhões”.

O governo brasileiro demonstra apoio ao sistema multilateral de comércio e considera “injustificável e equivocada” a imposição de barreiras unilaterais.

## COOPERAÇÃO

A nota destaca o histórico de cooperação e integração econô-

mica entre os dois países e usados do próprio governo americano para mostrar que o país de Donald Trump tem saldo positivo nas trocas comerciais com o Brasil.

“Os EUA mantêm um superávit comercial de longa data com o Brasil, que foi, em 2024, da ordem de US\$ 7 bilhões, somente em bens”.

O texto ressalta a relação de “complementaridade mutuamente benéfica” entre Brasil e Estados Unidos, citando que somos o terceiro maior importador de carvão siderúrgico dos EUA (US\$ 1,2 bilhão) e o maior exportador de aço semiacaba-

do para aquele país (US\$ 2,2 bilhões, 60% do total das importações dos EUA), insumo essencial para a própria indústria siderúrgica americana. O comunicado termina com a afirmação de que o governo buscará, em coordenação com o setor privado, defender os interesses dos produtores nacionais junto ao governo dos Estados Unidos.

## ORDEM É NEGOCIAR

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), afirmou que a ordem do governo é negociar e não retaliar as exportações vindas dos Estados Unidos.

“O presidente Lula falou ‘muita calma nessa hora’. Já negociamos outras vezes em condições até muito mais desfavoráveis do que essa”, disse a jornalista após reunião com representantes do setor, que apresentaram um relatório com argumentos para a negociação.

De acordo com Haddad, a Fazenda deve preparar uma nota técnica sobre as propostas das siderúrgicas brasileiras, para ser enviada ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a fim de orientar as negociações com o governo americano.

Manifestações do Instituto Aço Brasil - que representa os produtores de aço - e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam para esforços de convencimento via negociações entre os governos.

## 2025

# Receita divulga regras para declaração do Imposto de Renda

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Receita Federal divulgou ontem as regras para a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 2025. Uma das principais ferramentas que agiliza a entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, a declaração pré-preenchida atrasará este ano. O documento, que traz as informações do contribuinte apuradas pelo Fisco, só estará disponível a partir de 1º de abril.

Este ano, o prazo de entrega da declaração começa na próxima segunda-feira (17), às 8h, e termina em 30 de maio, às 23h59min59s. O Fisco espera receber 46,2 milhões de declarações, quase 3 milhões a mais que as 43.212.426 declarações entregues em 2024.

Nos últimos anos, a declaração pré-preenchida estava disponível por volta de 15 de março, no primeiro dia da entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Segundo o subsecretário de Gestão Corporativa da Receita, Juliano Brito, fatores internos, inclusive a greve na Receita Federal, provocaram o atraso em duas semanas.

“O melhor era ser lançado tudo junto. Não foi possível. Tivemos dificuldades internas que impediram que isso acontecesse. Não aconteceu o que a gente queria. O movimento reivindicatório (dos servidores da Receita Federal) não ajuda nesse tipo de atividade”, explicou Brito.

Criada em 2014, a declaração pré-preenchida passou a ser fornecida ao programa gerador da Declaração do Imposto de Renda em 2020. A importação dos dados da declaração pré-preenchida evoluiu de 1,2% das declarações, em 2021, para 41,2% no ano passado. Para este ano, a Receita espera que 57% das declarações sejam pré-preenchidas. “Não vamos esperar o dia 1º de abril para liberar as informações para vocês. À medida que as informações forem sendo carregadas [para a base de dados da Receita], vamos disponibilizá-las para quem usa o programa gerador”, explicou o responsável pelo programa do Imposto de Renda 2025, auditor-fiscal José Carlos da Fonseca.

A declaração pré-preenchida virá com as seguintes informações:

- Informações da declaração anterior do contribuinte: identificação, endereço;
- Rendimentos e pagamentos da Dirf, Dimob, DMED e Carnê-Leão Web;
- Rendimentos isentos em função de moléstia grave e códigos de juros (inclusive RRA);
- Rendimentos de restituição recebidas no ano-calendário;
- Contribuições de previdência privada;
- Atualização do saldo de conta bancária e poupança;
- Atualização do saldo de Fundos de investimento;
- Imóveis adquiridos no ano-calendário;
- Doações efetuadas no ano-calendário;
- Informação de Criptoativos;
- Conta bancária/poupança ainda não declarada;
- Fundo de investimento ainda

não declarado;

- Contas bancárias no exterior.

Segundo Fonseca, as quatro primeiras informações deverão estar disponíveis na segunda-feira, com os demais dados sendo acrescentados gradualmente. A partir deste ano, os dados de contas bancárias no exterior foram incluídos na declaração pré-preenchida, após a legislação determinar a tributação de offshores (empresas de investimentos em outros países) e rendimentos no exterior.

## OUTRAS MUDANÇAS

A declaração do Imposto de Renda terá poucas mudanças em relação ao ano passado. As principais são as situações em que o contribuinte está obrigado a entregar o documento, por causa do reajuste da faixa de isenção no ano passado.

Em relação às obrigatoriedades, as mudanças foram as seguintes:

- Valor de rendimentos tributáveis anuais que obrigam a entrega da declaração subiu de R\$ 30.639,90 para R\$ 33.888;
- Limite da receita bruta de obrigatoriedade para atividade rural subiu de R\$ 153.999,50 para R\$ 169.440;
- Quem atualizou valor de bens imóveis e pagou ganho de capital diferenciado em dezembro de 2024 terá de preencher a declaração;
- Quem apurou rendimentos no exterior de aplicações financeiras e de lucros e dividendos passou a declarar anualmente;
- As demais obrigatoriedades foram mantidas.

Outra mudança é a maior prioridade para quem simultaneamente utilizou a declaração pré-preenchida e optou pelo recebimento da restituição via Pix. Até o ano passado, a prioridade era definida apenas com base na utilização de uma das duas ferramentas. Ao considerar as prioridades determinadas por lei, o pagamento das restituições seguirá a seguinte ordem:

- idade igual ou superior a 80 anos;
  - idade igual/superior a 60 anos, pessoas com deficiência e pessoas com doença grave;
  - pessoas cuja maior fonte de renda seja o magistério;
  - utilizaram a pré-preenchida e optaram por receber a restituição por Pix;
  - utilizaram a pré-preenchida ou optaram por receber a restituição por Pix;
  - demais contribuintes.
- Três campos na declaração foram extintos:
- título de eleitor;
  - consulado/embaixada (para residentes no exterior);
  - número do recibo da declaração anterior (em declarações online).

Segundo Fonseca, esses dados foram necessários em outros anos, mas deixaram de ser considerados pelo Fisco.

Por causa da lei que antecipou a cobrança de Imposto de Renda sobre Fundos Exclusivos e tributou as offshores (empresas de investimento em outros países), os rendimentos no exterior passaram a ser tributados de forma definitiva na declaração de ajuste anual, com alíquota de 15%.

## BANCO CENTRAL

# Saques da poupança em fevereiro superam depósitos em R\$ 8 bilhões

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

As retiradas da poupança, em fevereiro, superaram os depósitos em R\$ 8,007 bilhões, informou ontem o Banco Central (BC). Os dados constam do relatório de poupança divulgado pela autoridade monetária e

mostram que, no mês passado, os brasileiros aplicaram na poupança R\$ 331,996 bilhões e sacaram R\$ 340,003 bilhões.

O relatório mostra ainda que a poupança rendeu R\$ 6,431 bilhões e o saldo está em R\$ 1,010 trilhão.

Ainda de acordo com o BC, os

recursos aplicados da caderneta em crédito imobiliário (SBPE) registraram depósitos de R\$ 287,772 bilhões e saques de R\$ 292,831 bilhões, enquanto os valores aplicados no crédito rural somaram R\$ 44,224 bilhões e as retiradas ficaram em R\$ 47,172 bilhões.

Em relação à captação líquida, o relatório mostra que, em fevereiro, os valores do SBPE ficaram negativos em R\$ 5,058 bilhões.

No mês passado, a poupança SBPE rendeu R\$ 4,718 bilhões e a poupança rural R\$ 1,713 bilhão.

## Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.

CNPJ 09.199.572/0001-16 – NIRE 33.300.321.624

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2024

**1. Data, Hora e Local:** No dia 11 de dezembro de 2024, na sede social da Companhia, localizada Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, às 15:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Isis Paula Cerinotti Malhães e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre distribuição de dividendos; (ii) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e (iii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou: **5.1.** Aprovar o pagamento de **dividendos complementares** no valor de **R\$ 3.227.899,31** (três milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos), à conta de lucros apurados em balanço levantado pela Companhia em 30.11.2024, os quais serão distribuídos a acionista, conforme a seguir demonstrado:

Acionistas	Qtde de Ações Ordinárias	%	Dividendos (em R\$)
Elera Renováveis S.A.	124.707.558	100	3.227.899,31

**5.2.** A fim de assegurar a integridade do capital social da Companhia, consignar que os dividendos declarados conforme item 5.1. foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei de Sociedades anônimas, pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2024. **5.3.** Consignar que os dividendos declarados, conforme item 5.1. serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2024. **5.4.** Aprovar a redução de capital social em **R\$ 1.362.498,00** (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais) da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de **R\$ 115.437.967,36** (cento e quinze milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos) para **R\$ 114.075.469,36** (cento e quatorze milhões, setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos). **5.4.1.** Registrar que o valor total da redução de capital acima aprovada será pago à única acionista **Elera Renováveis S.A.** **5.4.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 114.075.469,36** (cento e quatorze milhões, setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos) dividido em **124.707.558** (cento e vinte e quatro milhões, setecentas e sete mil, quinhentas e cinquenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.”

**5.5.** Aprovar a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia, a qual segue acostada como “Anexo I” à presente ata. **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos acionistas e pelos integrantes da mesa que a presidiram. Rio de Janeiro, RJ, 11 de dezembro de 2024. (ass.): **Mesa:** Isis Paula Cerinotti Malhães – Presidente; Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **Acionista:** Elera Renováveis S.A. (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda)

## Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.675/0001-86 – NIRE 3330032120-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2024

**1. Data, Hora e Local:** No dia 11 de dezembro de 2024, na sede social da Companhia, localizada Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, às 15:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Isis Paula Cerinotti Malhães e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre distribuição de dividendos; (ii) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e (iii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou: **5.1.** Aprovar o pagamento de **dividendos complementares** no valor de **R\$ 916.560,09** (novecentos e dezesseis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e nove centavos), à conta de lucros apurados em balanço levantado pela Companhia em 30/11/2024, os quais serão distribuídos a acionista, conforme a seguir demonstrado:

Acionistas	Qtde de Ações Ordinárias	%	Dividendos (em R\$)
Elera Renováveis S.A.	37.523.386	100	916.560,09

**5.2.** A fim de assegurar a integridade do capital social da Companhia, consignar que os dividendos declarados conforme item 5.1. foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei de Sociedades anônimas, pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31/12/2024. **5.3.** Consignar que os dividendos declarados, conforme item 5.1. serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31/12/2024. **5.4.** Aprovar a redução de capital social em **R\$ 6.235.836,00** (seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e seis reais) da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de **R\$ 90.243.822,75** (noventa milhões, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos) para **R\$ 84.007.986,75** (oitenta e quatro milhões, sete mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos). **5.4.1.** Registrar que o valor total da redução de capital acima aprovada será pago à única acionista **Elera Renováveis S.A.** **5.4.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º.** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de **R\$ 84.007.986,75** (oitenta e quatro milhões, sete mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos) representado por **37.523.386** (trinta e sete milhões, quinhentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e seis).”

**5.5.** Aprovar a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia, a qual segue acostada como “Anexo I” à presente ata. **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos acionistas e pelos integrantes da mesa que a presidiram. Rio de Janeiro, RJ, 11 de dezembro de 2024. (ass.): **Mesa:** Isis Paula Cerinotti Malhães – Presidente; Guilherme Braga Lacerda – Secretário. **Acionista:** Elera Renováveis S.A. (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda)

## JB RÁDIO TÁXI

ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TÁXI DO JARDIM BOTÂNICO

CNPJ: 74119975/0001-70

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PELO PRESENTE EDITAL E DE ACORDO COM O QUE CONSTA NO ARTIGO 30º, LETRA A, DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TÁXI DO JARDIM BOTÂNICO, O SEU PRESIDENTE EXERCENDO AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, CONVOCA A TODOS OS ASSOCIADOS EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS E DEVERES SOCIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA 12ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 29/03/2025, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, NA RUA ANA NERI 2366, SAMPAIO, RIO DE JANEIRO, RJ, QUE CONFORME ARTIGO 25 DO ESTATUTO SOCIAL, SERÁ INSTALADA A PARTIR DAS 09:00H, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, COM A PRESENÇA MÍNIMA DE 2/3 DOS ASSOCIADOS; AS 09:30H, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, COM A PRESENÇA DE METADE MAIS 01 (UM) DOS ASSOCIADOS; AS 10:00H, EM TERCEIRA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, COM A PRESENÇA DO NÚMERO MÍNIMO DE 10 (DEZ) ASSOCIADOS. COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A- APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRI-MONIAL, RELATÓRIO DOS TRABALHOS, DEMONSTRATIVO DE SOBRES E PERDAS; B- DELIBERAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA ACERCA DO EXERCÍCIO ANTERIOR; C- DELIBERAÇÃO SOBRE O DESTINO DAS SOBRES OU RATEIO DAS PERDAS; D-RATIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS; E- DELIBERAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES; F- ASSUNTOS GERAIS: QUANTIDADE DE SÓCIOS 106. RIO DE JANEIRO, 13 DE MARÇO DE 2025 NILSON DE OLIVEIRA FÁRIA PRESIDENTE**

## LIGAÇÃO COM PCC

## Ex-candidato do Novo a prefeito do Guarujá é investigado pela PF

RAYSSA MOTTA  
E FAUSTO MACEDO/AE

O empresário Cláudio Fernando Aguiar, que foi candidato a prefeito de Guarujá (litoral de São Paulo) pelo Partido Novo em 2024, é investigado pela Polícia Federal por suspeita de envolvimento com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Policiais federais fizeram buscas na casa dele na terça-feira passada, na Operação Emergentes.

O *Estadão* pediu manifestação do político e do Partido Novo, o que não havia ocorrido até a publicação deste texto. O espaço segue aberto

O nome de Cláudio surgiu na investigação a partir da quebra do sigilo da nuvem de Bruno Costa Calixta, conhecido como Boy ou Cachoeira, apontado como "disciplina" do PCC no Guarujá.

O contato do empresário estava salvo no celular de Calixta como "Dr Claudio Irmão", o que segundo a Polícia Federal permite "inferir algum tipo de ligação" dele com a facção, "em virtude de a nomenclatura 'irmão' ser comumente utilizada pelos integrantes da organização criminosa".

A PF também encontrou conversas entre Cláudio e Calixta, além de vídeos em que os dois aparecem juntos em um haras. Em uma mensagem, o

político afirma: "Mal sabe ele que a gente é mais bandido que ele 50 vezes".

Em outro diálogo, Bruno Calixta fala sobre a amizade com Cláudio: "Nossa amizade vai além de um jantar né, Doutor? Então, contigo eu posso ficar um mês sem te ver, mas a gente vê quem é amigo. Aquele que, sem estar na nossa frente, não fica falando mal da gente, né?"

Em 2024, Cláudio teve 5.342 votos no primeiro turno e não conseguiu uma vaga no segundo turno da eleição para prefeito de Guarujá. Ele também foi candidato a deputado estadual pelo PL em 2022 e a governador pelo PMN em 2018.

A Operação Emergentes fez buscas em 26 endereços em São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Um mandado de busca e apreensão também foi cumprido em Portugal. Foram expedidos ainda mandados de prisão contra sete investigados e determinadas medidas de bloqueio e sequestro de bens e valores.

A investigação que levou a PF a deflagrar a Emergentes foi aberta em abril de 2024 a partir da Operação Sólis. A Polícia Federal mira um esquema de tráfico internacional de drogas. Segundo a PF, cargas de cocaína estavam sendo escondidas em cascos de navios com o auxílio de mergulhadores recrutados pelo PCC.

## ZONA SUL

## PM da reserva troca tiros com criminosos

RENATA OKUMURA/AE

A Polícia Civil de São Paulo investiga uma tentativa de roubo a uma farmácia noite da terça-feira passada, na região do Brooklin, zona sul da cidade de São Paulo. Um policial militar da reserva, de 58 anos, que estava no local, trocou tiros com os criminosos, que conseguiram fugir. Ninguém ficou ferido.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, os policiais militares foram acionados para atender a ocorrência na Avenida Padre Antônio José dos Santos.

O agente da reserva relatou

que entrava no estabelecimento quando presenciou o assalto e reagiu.

"Houve troca de tiros, mas os criminosos conseguiram fugir abandonando um revólver e um telefone celular, que foram apreendidos", disse a SSP.

A perícia foi acionada e o caso registrado como resistência, localização/apreensão de objeto, legítima defesa, tentativa de roubo e tentativa de homicídio pelo 27º Distrito Policial (Campo Belo).

Ainda de acordo com as investigações, as diligências seguem em andamento para a identificação e prisão dos envolvidos, assim como o esclarecimento dos fatos.

## CAMPOS ELÍSEOS

## SP encerra consulta para centro administrativo

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), realiza até hoje, a consulta pública sobre a concessão do novo Centro Administrativo do Estado no bairro dos Campos Elíseos. O projeto faz parte do processo de requalificação do centro da capital e prevê a construção, manutenção, conservação, gestão e operação de um complexo moderno que reunirá secretarias, fundações e autarquias estaduais, além de novas áreas de convivência e serviços.

A consulta pública tem o objetivo de ampliar o diálogo com a sociedade, permitindo que cidadãos, empresas e entidades encaminhem sugestões e pedidos de esclarecimento sobre a proposta. As contribuições recebidas serão analisadas, com possibilidade de serem incorporadas. Toda a documentação, incluindo estudos técnicos, regulamento e o formulário para envio das manifestações, está disponível no site da SPI.

Como parte do processo de participação social, foram realizadas duas audiências públicas para apresentação do projeto e esclarecimento de dúvidas. A primeira ocorreu no dia 12 de fevereiro, em formato virtual, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do Governo de São Paulo no YouTube. A segunda foi realizada no dia 13 de fevereiro, de forma presencial, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), na capital paulista.

## REQUALIFICAÇÃO

O novo Centro Administrativo reunirá cerca de 22 mil servidores estaduais, atualmente espalhados por mais de 40 prédios na cidade, em um único espaço, com infraestrutura moderna e eficiente. O projeto prevê investimento de R\$ 4,7 bilhões, com a geração de 38 mil empregos diretos e indiretos durante as obras e 2,8 mil novas oportunidades formais no comércio e serviços locais.

## MST

# Justiça manda prender 4 por atentado contra assentamento

A 2ª Vara da Comarca de Tremembé, no interior de São Paulo, decretou ontem a prisão preventiva de quatro suspeitos de participarem de um atentado ao Assentamento Olga Benário, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na cidade.

O atentado, ocorrido em janeiro, resultou na morte de duas pessoas e quatro feridos. na terça-feira passada, o Ministério

Público apresentou a denúncia, acatada nesta quarta-feira pela Justiça.

Segundo a denúncia do Ministério Público, "os crimes foram praticados por motivo torpe, propiciando perigo comum e mediante a utilização de recurso que dificultou a defesa das vítimas".

A investigação do caso apontou que o motivo do crime foi a ocupação irregular de um lote no assentamento por parte de

um dos acusados.

Os nomes dos denunciados não foram revelados pelo Ministério Público, mas, conforme o órgão, um dos denunciados já estava em regime de prisão e os outros três encontram-se foragidos.

Para os promotores Daniela Michele Santos Neves e Alexandre Mourão Mafetano, juntamente com os membros do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

(Gaeco), "a situação gerou discussão e ameaças às vítimas, inclusive promessas por parte de um dos autores de que retornaria mais tarde para resolver a questão. Em seguida, ele arremessou familiares, amigos e conhecidos, tendo retornado ao assentamento no mesmo dia, tarde da noite, para praticar os crimes".

O assentamento Olga Benário está regularizado desde 2005.

## ARAÇATUBA 2021

## Quem é o ladrão do PCC por trás de mega-assaltos e que foi morto

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um homem suspeito de participar de grandes assaltos a bancos foi morto em confronto com a Polícia Militar, na noite de terça-feira passada, em Campinas, interior de São Paulo. André Ferreira Borges, o 'Paine', de 45 anos, é suspeito de participação do mega-assalto de Araçatuba, em 2021, e outros assaltos com táticas conhecidas como 'novo cangaço'. Com ele, foram apreendidos uma submetralhadora, carregadores de fuzil e R\$ 500 mil, a maioria em notas de dólar.

As armas e o dinheiro seriam usados em uma nova ação que estava sendo planejada. A polícia diz que 'Paine' era da cúpula "restrita tática" da facção Primeiro Comando da Capital (PCC). A reportagem tenta contato com a defesa de Borges.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), os PMs realizavam patrulhamento próximo à rodovia D. Pedro I, em Campinas, quando receberam a informação de que uma pessoa, em um veículo,

estaria transportando uma arma de grosso calibre. Durante as buscas, os policiais localizaram o veículo suspeito na Avenida Comendador Aladino Selmi, na zona norte da cidade.

Ao ser abordado, o homem teria atirado contra os agentes, que reagiram e balearam o suspeito. O óbito foi constatado no local. No carro, além dos dólares e da submetralhadora, foram encontradas uma pistola calibre 380, 14 projéteis e uma luneta.

Havia munições de calibre ponto 50, capazes de derrubar aeronaves, três cartuchos e seis carregadores. O local passou por perícia. O caso foi registrado no 1º Distrito Policial de Campinas.

Em sua conta no X, o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, disse que 'Paine' era uma liderança do PCC, especializada em domínio de cidades e envolvido nos roubos de Araçatuba e Uberaba. "Ele foi alvejado ao entrar em confronto com policiais. Com ele foram encontrados 83 mil dólares, 21 mil reais, uma submetralhadora e munições", diz.

## ACUSAÇÕES

## Professor da USP é afastado após denúncia de assédio sexual e moral

ROBERTA JANSEN/AE

Um professor do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto foi afastado do exercício do cargo após denúncias de assédio sexual e moral feitas por 16 alunas. Professor da USP desde 1997, José Maurício Rosolen era alvo de averiguação preliminar desde setembro do ano passado. Trata-se do segundo professor da USP afastado por denúncias de assédio somente neste ano.

O *Estadão* entrou em contato com o docente e aguardava respostas, o que não havia ocorrido até a publicação deste texto.

De acordo com nota da faculdade, "foi instaurado um processo administrativo disciplinar em desfavor do docente.

Para preservar os envolvidos e para que o processo ocorra sem influências das partes, ele foi afastado de suas atividades pelo prazo de 180 dias". E ainda: "Reiteramos que a FFCLRP repudia qualquer forma de assédio, discriminação e conduta inadequada, reafirmando seu compromisso com um ambiente acadêmico ético e respeitoso."

Segundo o regimento interno da USP, o processo administrativo tem prazo de 90 dias para ser concluído. Ele parte da audição das denunciadas e do exame das provas da acusação e, em seguida, parte para a análise da defesa. Segundo as denúncias, havia "um acordo tácito" entre os alunos para que nenhuma mulher fosse deixada sozinha com o professor tanto na sala de

aula, quanto no laboratório.

Ainda de acordo com as denunciadas, ele se aproximava das alunas, tentando estabelecer alguma conexão, fazendo convites, oferecendo viagens e passeios. O assédio escalava para tentativas de beijos forçados e toques em suas partes íntimas. Quando não havia reciprocidade, ele retaliava com ameaças de cortes de bolsas de estudo.

## FACULDADE DE DIREITO

No início do mês, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) instaurou um processo administrativo disciplinar contra o professor Alysson Leandro Barbate Mascaro. O docente é suspeito de assediar após o término dos trabalhos da

apuração preliminar das denúncias. O professor foi afastado em dezembro e, segundo a Instituição, permanecerá fora dos quadros da Universidade por mais 120 dias. Mascaro nega as acusações.

A Comissão que investiga o caso terá o prazo de 90 dias (prorrogáveis, se necessário) para conclusão dos trabalhos, contados a partir da citação. A depender das conclusões, o professor poderá ser exonerado.

O primeiro afastamento cautelar foi publicado em portaria em dezembro de 2024 e solicitado pelo Presidente da apuração preliminar. No documento, o diretor afirmava que havia "fortes indícios de materialidade dos fatos e que estes envolvem possível enquadramento típico de assédio sexual vertical".

## Nota

### TEMPESTADE ATINGE REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E CAUSA UMA MORTE

Uma tempestade atingiu a região metropolitana de São Paulo ontem à tarde vinda do interior do estado. Mais de 140 chamados para quedas de árvores foram notificados pelos bombeiros na região, e uma delas atingiu um carro, matando o homem que o ocupava na região de Pinheiros, zona oeste da capital. A força da chuva causou o desabamento de um restaurante na mesma região e, segundo o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil, três pessoas ficaram feridas. Toda a capital paulista está em estado de atenção para alagamentos, desde as 16h38. Houve registro de ventos de 55 quilômetros por hora na

região do Campo de Marte. "Áreas de instabilidade formaram chuvas com forte intensidade que continuam atuando pela cidade, com potencial para queda de granizo, rajadas de vento e formação de alagamentos. Imagens do radar meteorológico do CGE da Prefeitura de São Paulo, mostram chuva forte e isolada, se deslocando lentamente pelas zonas oeste e sul, e devem atingir as zonas sudeste e leste na próxima hora", informou o Centro de Gerenciamento de Emergências da prefeitura. A região metropolitana recebeu alerta de chuvas fortes, assim como as regiões norte, centro e leste da capital. Segundo a concessionária de distribuição de energia elétrica, Enel, 176 mil domicílios estão sem energia no momento.

## JUSTIÇA MILITAR

# Ministra toma posse como 1ª mulher presidente do STM

LAVÍNIA KAUCZ  
E SOFIA AGUIAR/AE

A ministra Maria Elizabeth Rocha (foto), única mulher no Superior Tribunal Militar (STM), tomou posse como presidente da mais alta Corte militar do país em cerimônia realizada ontem à tarde, no Teatro Nacional de Brasília. O ministro Francisco Joseli Parente Camelo, atual presidente do STM, assumirá a vice-presidência.

A cerimônia teve a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e dos presidentes da Câmara e do Senado, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP). Também compareceram outros ministros do Supremo, como Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Edson Fachin, e do Executivo, como José Múcio (Defesa), Jorge Messias



WIKIPÉDIA

(AGU) e Ricardo Lewandowski (Justiça).

Maria Elizabeth é a primeira mulher a assumir o cargo de presidente da mais alta Corte militar do país para um manda-

to completo, de dois anos. Também foi a primeira, e ainda é a única, ministra a integrar a composição do tribunal.

A ministra está no STM desde 2007 e foi indicada pelo presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entre junho de 2014 e março de 2015, a ministra assumiu a presidência do STM para um mandato tampão, após a aposentadoria do ministro Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, de quem foi vice.

O fato de a ministra ter assumido a presidência gerou resistências no STM contra sua eleição, realizada em dezembro de 2024. Ela foi eleita com a diferença de apenas um voto no tribunal de 15 ministros - dez oficiais gerais do último posto das Forças Armadas e cinco civis. O mais comum é que as votações para presidentes de tribunais sejam uma formalidade, na qual é escolhido o magistrado mais antigo que ainda não ocupou o posto.

Maria Elizabeth é natural de Belo Horizonte (MG) e tem 65 anos. Ela está entre os cinco ministros civis do tribunal, e foi procuradora federal antes de assumir a magistratura no STM.

## MARANHÃO

## CNJ suspende compra de iPhones para desembargadores

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu suspender ontem o edital do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para a compra de 50 iPhones 16 Pro Max para os desembargadores do tribunal.

A decisão foi assinada pelo corregedor-nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, após a aquisição ser divulgada pelo Portal Uol. O edital para compra dos aparelhos estava estimado em R\$ 573 mil.

De acordo com a reportagem, o tribunal justificou que a preferência pelos aparelhos da Apple levou em consideração que a "alta qualidade e desempenho são essenciais para atender às exigências de tra-

balho dos magistrados".

Para o corregedor, é necessária a suspensão do edital para a compra dos celulares para verificar a real necessidade dos aparelhos para o desempenho das atividades dos magistrados.

"A rigor, as explicações contidas na nota divulgada pelo TJMA não justificam a aquisição dos aparelhos celulares, nem mesmo a aquisição em quantitativo superior ao número de desembargadores (como parecia ser a intenção do contrato)", afirmou o corregedor.

Na mesma decisão, Mauro Campbell deu prazo de cinco dias para o tribunal esclarecer a necessidade técnica para escolha dos iPhones.

## TRAMANDO 2026

## Bolsonaro volta a se encontrar com Valdemar

WESLEY GALZO/AE

Pouco mais de um ano após serem impedidos por decisão judicial de manter contato, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, se reencontraram em público ontem, em um restaurante em Brasília. A proibição de diálogos e encontros entre os dois ocorreu no ano eleitoral e, agora, ambos miram o próximo ciclo de eleições no ano que vem, com foco em aprovar o Projeto de Lei (PL) da Anistia antes disso.

"O PL da Anistia para nós é uma prioridade. Todos os partidos, com exceção da esquerda estão do nosso lado, ou muito favoráveis", disse Bolsonaro.

O encontro de Bolsonaro e Valdemar ocorreu em uma churrascaria no Setor de Clubes Norte, na capital federal. Antes de entrar no restaurante, Valdemar afirmou que estava com "muita saudade" de Bolsonaro. A decisão que proibiu o contato entre os dois partiu do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em fevereiro do ano passado, após a Polícia Fe-

deral (PF) deflagrar a Operação Tempus Veritatis, que cumpriu mandados de busca e apreensão no inquérito sobre a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 2022.

Diferentemente de Bolsonaro, Valdemar foi indiciado, mas não foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por envolvimento na tentativa de golpe que previa impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para manter o então presidente no Palácio do Planalto. A medida cautelar que impedia os dois de conversar foi revogada por Moraes na terça-feira.

Agora com o contato restabelecido, o chefe do PL e o presidente de honra da sigla centram esforços em mobilizar a base bolsonarista. Para isso, Valdemar promete conversar "todos os dias (com Bolsonaro) sobre política e as bombas eu jogo todas na mão do Bolsonaro".

Também estiveram no almoço a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, os senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Carlos Portinho (PL-RJ), os deputados Altineu Côrtes (PL-RJ) e Eduardo Pazuello (PL-RJ) e o ex-ministro Onyx Lorenzoni.

# "Sou feminista e me orgulho de ser mulher", diz nova presidente do STM

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

"Sou feminista e me orgulho de ser mulher". Essas foram as primeiras palavras da presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, ao assumir o cargo ontem.

As declarações da ministra foram feitas durante discurso de posse na presidência da Corte militar. Primeira mulher a ocupar o cargo em 217 anos de história do tribunal, a ministra terá mandato de dois anos.

No discurso, Elisabeth Rocha afirmou que as mulheres brasileiras têm um "sonho de igualdade" e ressaltou que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

Para a presidente, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres, é longo o caminho para a construção de um país livre de constrangimentos e asfixias sociais.

"Conviver em uma sociedade na qual sejam superadas todas as formas de discriminação e opressão é um ideal civilizatório de convivência entre humanos", afirmou.

## MULHERES NA JUSTIÇA

A presidente também defendeu maior presença de mulheres em cargos de comando do Judiciário brasileiro.

"Costumo dizer que se a Deusa Themis desvendasse os olhos, encontraria poucas de seu gênero na judicatura pátria. Entre calvas circunspectas, barbas esbranquiçadas, ternos e gravatas, veria ela, em algumas poucas togas, traços femininos", ressaltou.

## INCLUSÃO

A presidente também defendeu a inclusão de grupos vulneráveis e a eliminação da violência.

"Em um contexto de legitimidade, sua concretização não po-

de ser considerada válida se alija e menoscaba a participação daqueles em situação concreta de vulnerabilidade dispar, como é o caso das mulheres, dos afrodescendentes, dos indígenas, da população LGBTQIAP+, dos hipossuficientes, dentre outros segmentos populacionais e de classe", completou.

## LULA

A nova presidente do STM também agradeceu ao presidente Lula pela nomeação, ocorrida em 2007, e disse que a magistratura "permanece esperançosa" na nomeação de mulheres para cargos no Judiciário. No sábado (8), Dia Internacional da Mulher, o presidente nomeou a advogada Verônica Sterman para o Tribunal.

"Gratidão que se estende ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que me indicou e nomeou no Dia Internacional da Mulher, em seu segundo mandato no

ano de 2007", concluiu.

## PERFIL

A ministra compõe o STM desde 2007, quando foi indicada durante o primeiro mandato do presidente Lula. Ela é a primeira mulher nomeada para o tribunal militar em 217 anos de funcionamento do órgão.

Entre 2013 e 2015, a ministra chegou a assumir temporariamente a presidência do STM, mas para um mandato-tampão.

Maria Elizabeth é natural de Belo Horizonte e é formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). A ministra também é doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O STM é composto por 15 ministros, sendo cinco civis e dez militares, cujas cadeiras estão distribuídas entre quatro vagas destinadas ao Exército, três à Marinha e três à Aeronáutica.

## GOLPISTA FORAGIDO

## Espanha nega pedido de extradição de Oswaldo Eustáquio feito pelo STF

RAISA TOLEDO/AE

A Espanha negou o pedido do Supremo Tribunal Federal (STF) pela extradição do blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio. O argumento que embasa a decisão é de que os atos atribuídos a Eustáquio não configurariam crime no País e estariam protegidos pelo direito à liberdade de expressão.

No parecer, ao qual o Estadão teve acesso, a procuradora espanhola Teresa Sandoval escreveu que não há "dupla tipicidade" ou "dupla incriminação", quando a conduta é considerada um crime nos dois países.

"Os atos constituem, segundo a legislação brasileira, um crime de abolição violenta do Estado democrático de direito e golpe de Estado. Na legislação espanhola vigente, esses atos não constituem crime, ao estarem amparados pela liberdade de expressão. Portanto, a dupla incriminação normativa não se aplica", explicou.

Para a defesa do blogueiro, "o Brasil está fadado a ver negada a extradição e concedido o asilo".

Eustáquio está na Espanha desde 2023 e é considerado foragido. Ele enfrenta acusações de ameaça, corrupção de menores e tentativa de abolição do Estado democrático de direito, e tem dois mandados de prisão preventiva emitidos pelo ministro Alexandre de Moraes.

O pedido do STF negado pela Justiça espanhola nesta semana inclui uma investigação sobre a divulgação de dados do delegado da Polícia Federal (PF) Fábio Shor. Os fatos são descritos no parecer da procuradoria.

Neste processo, Eustáquio é acusado de usar o perfil da filha de 16 anos para conduzir uma campanha virtual contra o delegado, após o indiciamento de Bolsonaro. O perfil fez três publicações em que expõe a esposa de Shor, divulga uma imagem do delegado e o acusa de "prender patriotas inocentes e fazer milhares de crianças chorarem por seus pais".

Uma das postagens no perfil da menina traz o outro filho do blogueiro como uma "testemunha": "Bernardo Eustáquio, uma das milhares de crianças

vítimas do delegado Fábio Alvarez Shor, dá o seu testemunho sobre a crueldade do responsável pelo indiciamento de Bolsonaro, conhecido como capataz de Alexandre de Moraes. A denúncia do meu irmão tem o aval de 131 delegados", dizia a publicação.

Durante as investigações, o delegado Fábio Shor cumpriu um mandado de busca e apreensão na casa da família, apreendendo aparelhos celulares e tablets. Nas postagens feitas usando o perfil da menina, Shor era acusado de "roubar" celulares e "invadir" o quarto dos adolescentes.

Ele conduz o inquérito das mídias digitais e é um dos quatro agentes que subscrevem o inquérito sobre a tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. A apuração indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e serviu de base para a denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) contra ele e outras 33 pessoas.

Após os posts, perfis de políticos e lideranças de direita também passaram a publicar incita-

ções contra o agente da PF. No entendimento do STF, Eustáquio usou os filhos para expor o delegado.

O blogueiro também é apontado como um dos principais alvos da investigação sobre as mídias digitais por conta de sua atuação na internet com ataques e desinformação em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em acordo de delação premiada firmado com a PF no âmbito do inquérito do golpe, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, afirmou que, em dezembro de 2022, o então presidente autorizou o acesso ao Palácio da Alvorada a três blogueiros aliados que temiam ser presos pela Polícia Federal, entre eles Oswaldo. No dia, as imediações da sede da instituição, em Brasília, foram alvo de vandalismo.

Segundo Cid, os blogueiros Oswaldo Eustáquio, Bismark Fugazza e Paulo Souza telefonaram a Bolsonaro relatando a apreensão e o então presidente determinou que a entrada deles fosse liberada.

## NÚCLEO GOLPISTA 2

## Moraes envia à PGR defesa de denunciados

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ontem à Procuradoria-Geral da República (PGR) as defesas dos acusados que pertencem ao chamado núcleo 2 da trama golpista do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Com a medida, a procuradoria terá prazo de cinco dias para se manifestar sobre os argumentos apresentados pelos advogados dos acusados.

De acordo a PGR, os seis denunciados do núcleo são acusados de organizar ações para "sustentar a permanência ilegítima" de Bolsonaro no poder.

Fazem parte deste núcleo Filipe Martins (ex-assessor de assuntos internacionais de Bolsonaro); Marcelo Câmara (ex-assessor de Bolsonaro); Silvinei Vasques (ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal); Mário Fernandes (general do Exército); Marília de Alencar (ex-subsecretária de Segurança do Distrito Federal) e Fernando de Sousa Oliveira (ex-secretário-adjunto da Secretaria de Segurança do Distrito Federal).

No despacho, Moraes encaminha os documentos das defesas para a PGR e concede o prazo previsto em lei.

"Encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral da República para manifestação, nos termos do art. 5º, caput, da Lei 8.038/90 ("Se, com a resposta, forem apresentados novos documentos, será intimada a parte contrária para sobre eles se manifestar, no prazo de cinco dias"), em relação às defesas apresentadas pelos denunciados do núcleo 2", decidiu Moraes.

## JULGAMENTO

Após a entrega de todas as defesas, o julgamento da denúncia vai ser marcado pelo STF.

O processo será julgado pela Primeira Turma do Supremo. O colegiado é composto pelo relator da denúncia, Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Pelo rito interno da Corte, cabe às duas turmas do tribunal julgar ações penais. Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação será julgada pelo colegiado.

**2025**

# Mais de 500 mil turistas internacionais visitaram o Rio em dois meses

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Mais de meio milhão de turistas internacionais visitaram o estado do Rio de Janeiro nos dois primeiros meses de 2025, segundo dados do Conselho Nacional de Imigração. Foram 262.108 chegadas em fevereiro e 240.151 em janeiro, totalizando 502.259 visitantes estrangeiros, um crescimento de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os turistas desembarcaram, em sua maioria, de países vizinhos da América do Sul. Veja de onde veio a maioria dos visitantes:

- Argentina - 196.649
- Chile - 96.226
- Estados Unidos - 52.701
- Uruguai - 19.898
- França - 18.472
- Reino Unido - 12.943
- Portugal - 12.083
- Alemanha - 10.702
- Itália - 6.836

O governo do Estado tem como meta alcançar 1,8 milhão de turistas internacionais em 2025, um crescimento de 20% em relação ao total de 1,5 milhão registrado no ano pas-

sado. O governador Cláudio Castro destacou a importância do trabalho para posicionar o Rio como destino global.

“O crescimento de 50% no turismo internacional é reflexo das nossas ações para fortalecer a imagem do estado e atrair grandes eventos. Estamos trabalhando para que essa tendência de alta continue impulsionando a economia e gerando empregos para os fluminenses”, avaliou Castro.

A Secretária de Estado de Turismo vem participando de grandes eventos do setor, como a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL). O secretário Gustavo Tutuca representou o Rio no encontro em Portugal.

“Alcançar meio milhão de turistas internacionais em apenas dois meses é um marco histórico para o Rio de Janeiro e um reflexo direto do trabalho que estamos fazendo para consolidar o estado como um destino global. O crescimento de 50% demonstra que nossas ações de promoção estão dando resultado e que o mundo continua escolhendo o Rio”, disse Tutuca.

**ZONA NORTE**

# Mãe de aluno é atingida dentro de escola no Rio

Uma mulher de 49 anos foi atingida dentro da Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica), na zona norte do Rio de Janeiro, durante um tiroteio. Ela é mãe de um aluno do Ensino Fundamental, segundo a fundação. As aulas do período da manhã foram suspensas devido ao ocorrido.

Segundo a Secretaria de Estado de Polícia Militar, policiais do 9º BPM (Rocha Miranda) realizam uma ação na comunidade do Saçu, no bairro do Campinho. De acordo com o comando da unidade, a ação teve como objetivo reprimir a movimentação de criminosos envolvidos em disputas terri-

toriais na região.

Durante buscas no interior da localidade, os policiais foram recebidos a tiros por um grupo de homens armados. Houve confronto e, logo após o cessar da troca de tiros, os suspeitos fugiram por uma área de mata.

Posteriormente, os agentes foram informados que uma pessoa teria ficado ferida no interior do Campus da Faetec de Quintino. A vítima foi socorrida por agentes do SAMU até o Hospital Estadual Getúlio Vargas, no bairro da Penha. Questionado, o hospital apenas confirmou o atendimento e disse que ela recebeu alta.

**BAIXADA**

# UFRRJ inaugura Museu de Rochas e Minerais

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

Alunos das redes pública e privada de escolas da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e de outros municípios próximos à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) ganham ontem uma nova oportunidade de juntar conhecimento e diversão. O Instituto de Geociências da instituição criou o Museu de Rochas e Minerais, no campus Seropédica. Além de incentivar a visita de crianças e adolescentes, o espaço estará aberto também ao público de todas as idades de segunda a sexta, das 9h às 16h, com entrada gratuita.

A professora titular da UFRRJ, Soraya Almeida, curadora e coordenadora do projeto de criação do museu, destacou que a região tem mais de 3 mil escolas de Ensino Fundamental e Médio, que terão uma opção mais próxima para ter mais contato com a ciência.

“São pessoas que estão distantes [da capital] do Rio de Janeiro e têm dificuldade de acesso por causa do trânsito, passagem, uma série de fatores que criam obstáculos para essa população imensa. Embora a gente esteja em área rural, há uma grande concentração

geográfica [de pessoas]. [O Museu] é um novo polo de difusão de conhecimento dentro da Baixada Fluminense”, disse à Agência Brasil.

A expectativa também é ampliar a inclusão social e melhorar a autoestima e bem-estar das crianças e adolescentes. “Em todos os museus de ciências naturais no mundo inteiro, a parte de geologia, minerais e rochas é a que mais atrai pessoas, porque os minerais são bonitos, eles têm a característica de terem a estrutura cristalina, e essa beleza atrai as pessoas e faz com que se interessem pela ciência”, contou.

A reação das crianças é mais efusiva entre os estudantes que se empolgam ao conhecer os minerais e as rochas. “Crianças se envolvem de imediato, têm mais espontaneidade. Elas ficam encantadas”, indicou a professora.

“Já os adolescentes têm maior interesse quando passam a realizar trabalhos escolares. De início, ficam indiferentes. Mas, quando são colocados para desenvolver atividades com a mão na massa mesmo, tocar nas rochas, trazer amostras que coletam perto das casas deles, querem saber que material é aquele. O envolvimento é maior na medida em que se tornam parte daquilo”, revelou Soraya.

**CASO DE 2002**

# Corte IDH condena Brasil por sumiço de trabalhador

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro pelo desaparecimento do trabalhador rural Almir Muniz da Silva, membro da Associação de Trabalhadores Rurais de Itabaiana (PB), que desapareceu em 29 de junho de 2002 no momento em que voltava para casa. Testemunhas afirmam ter ouvido tiros vindos da direção por onde Silva passava dirigindo um trator, que foi encontrado dias depois em Itambé (PE), a cerca de 30 quilômetros de distância.

Para a Corte IDH, o Estado brasileiro foi omissivo tanto em relação às buscas por Silva, quanto na investigação policial do caso, permitindo que direitos fundamentais do trabalhador e de sua família fossem violados.

A sentença foi divulgada na terça-feira passada, durante a sessão da Corte Interamericana, instituição judicial regional autônoma encarregada de aplicar e interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), da qual o Brasil é signatário.

Para os juízes da denúncia apresentada pelas organizações não-governamentais (ONGs) Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dignitatis e Justiça Glo-

bal, o desaparecimento forçado de Silva ocorreu “em um contexto no qual milícias e grupos armados atuavam no estado da Paraíba, contando com a participação de policiais e militares, que praticavam atos de violência contra os trabalhadores rurais” da região.

Em comunicado à imprensa, a Corte IDH destaca que, antes de desaparecer, Silva denunciou ter sido ameaçado mais de uma vez, principalmente por um policial civil que o trabalhador rural identificava como “o principal responsável pela violência contra os trabalhadores da região”.

Entre 2003 e 2005, a Câmara dos Deputados instituiu Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) temporária para investigar a ação criminosa de milícias e grupos de extermínio na Região Nordeste do Brasil. Em seu relatório final, divulgado apenas um ano e quatro meses após o sumiço de Silva, a comissão já indicava que o trabalhador rural “integrava uma lista de dez pessoas marcadas por fazendeiros e pelo policial [denunciando por Silva] para morrer”.

Ao condenar o Estado brasileiro, a Corte IDH determinou às instituições públicas brasileiras a implementação de várias medidas de reparação, incluindo a continuidade da investigação e das buscas por Silva e a realiza-

ção de um ato público de reconhecimento da responsabilidade estatal pela violação aos direitos do trabalhador rural e de seus parentes – ato durante o qual o Estado brasileiro deverá pedir desculpas formais por sua omissão.

O Estado brasileiro também deverá promover aperfeiçoamentos das leis nacionais, tipificando o crime de desaparecimento forçado, além de criar e implementar um protocolo para busca de desaparecidos e investigação desses casos. Também deverá revisar e fortalecer o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos em níveis federal e estadual e elaborar um diagnóstico sobre defensores de direitos humanos no contexto dos conflitos agrários.

**VIOLAÇÃO**

O Estado brasileiro já admitiu publicamente que o desaparecimento de Silva envolve violação de direitos e garantias fundamentais protegidos internacionalmente. Em agosto de 2023, na defesa escrita que apresentou à Corte IDH, o país reconheceu que, devido à “carência de recursos materiais e humanos”, os órgãos públicos nacionais responsáveis não tinham atuado “com a devida diligência”.

Em fevereiro do ano passado, ao participar de uma audiência

da Corte IDH, representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) voltaram a reconhecer as violações, acrescentando que, diante do sofrimento decorrente da “ausência de uma investigação suficiente”, o Estado brasileiro assumia também parte da responsabilidade pela ofensa à integridade dos parentes de Silva.

“De fato, a perda de um ente querido, somada à impunidade resultante de um processo de investigação insuficiente, constitui inelutável violação da integridade psíquica e moral dos familiares do sr. Almir Muniz da Silva”, admitiram, na época, os representantes brasileiros.

“Em razão disso, considerando-se a natureza jurídica própria de que se revestem as medidas de reparação por violações dos Estados ao Direito Internacional, o Estado brasileiro manifesta publicamente seu pedido de desculpas aos familiares do sr. Almir Muniz da Silva”, acrescentou o integrante da Procuradoria Nacional de Assuntos Internacionais da AGU.

Para a ONG Justiça Global, uma das autoras da denúncia, a decisão da Corte IDH evidencia que o Estado brasileiro falhou na proteção a Silva, nas buscas pelo trabalhador rural, nas investigações do caso e na punição aos responsáveis e na defesa dos direitos humanos.

**CONFLITO SEM FIM**

# Massacre na Síria viola promessa de união do governo, diz especialista

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Os massacres que vitimaram cerca de 1,2 mil civis de importante minoria religiosa da Síria, os alauitas, violam a promessa do atual governo de Damasco de fazer uma administração que inclua todos os sírios, respeitando as diferenças étnicas e religiosas. Essa é a avaliação de especialistas em Oriente Médio consultados pela Agência Brasil.

O professor de relações internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), Mohammed Nadir, avaliou que os assassinatos em massa de civis alauitas, incluindo famílias inteiras e de crianças, enfraquece o discurso do novo presidente do país, Ahmed al-Sharaa (al-Jolani), de que o novo poder irá respeitar as minorias e promover um governo de união nacional.

“Com esse massacre, começa a cair por terra todo aquele discurso inicial de ponderação do Ahmed Sharaa, de que a Síria é para todos os sírios, que vai ser inclusiva, que não vai excluir

ninguém. De certa forma, o massacre mostra a outra face do Hayat Thrir al-Sham (HTS)”, afirmou o pesquisador.

Oriundos de extremistas jihadistas sunitas, como Al-Qaeda e Estado Islâmico (EI), o principal grupo que compõe o novo poder na Síria – o HTS – abandonou o antigo discurso de “guerra santa” e tem prometido fazer uma gestão sem sectarismos ou discriminação.

O professor Nadir lembrou que os alauitas formavam a principal base do antigo regime de Bashad al-Assad, cuja família, que governou o país por 60 anos, também professa essa vertente do Islã. O alauismo é uma dissidência dos xiitas e representa cerca de 10% da população Síria.

“Provavelmente, tem havido ações vingativas contra a minoria alauita, e isso levou a que muitos pegassem em armas para se defender”, afirmou o especialista. Ele acrescentou que, apesar do governo lamentar o que aconteceu, tem exigido

que os alauitas entreguem suas armas.

“Portanto, o governo não só fez vista grossa [dos massacres], mas, sobretudo, desafiou a comunidade alauita para que ela se desarme para, enfim, subjuguá-la de certa forma”, concluiu.

Há em curso uma fuga de famílias alauitas para o Líbano por temerem novos massacres em massa. Segundo a Reuters, mais de 350 famílias sírias teriam cruzado a pé o rio que divide os países.

A onda de violência contra os alauitas teria começado após um conflito entre grupos ligados ao antigo governo e forças de segurança da atual administração, gerando uma reação contra os civis alauitas nas províncias de Lataquia e Tartus.

Em resposta aos massacres, o novo governo anunciou a criação de um Comitê para investigar todos os eventos ocorridos. Formado por cinco juízes, um militar e um advogado especialista em direitos humanos, o novo órgão tem prometido identi-

ficar todos os envolvidos em crimes contra civis.

“A nova Síria está determinada a estabelecer a justiça e o estado de direito, proteger os direitos e liberdades de seus cidadãos, impedir vinganças extrajudiciais e garantir que não haja impunidade”, disse Yasser Al-Farhan, porta-voz do Comitê, que foi anunciado como independente do governo.

**CUMPLICIDADE**

O doutor em ciências sociais da PUC de São Paulo, Marcelo Buzetto, avalia que não há condições dessa comissão investigar, de forma independente, os massacres recentes na Síria. Para o pesquisador de relações internacionais, o atual governo é cúmplice dos massacres.

“Quem liderou os ataques são tropas e grupos armados do atual governo, são membros de organizações que apoiam o novo governo e que atuam publicamente, à luz do dia, com conhecimento do governo”, destacou.

**GROENLÂNDIA**

# Vencedores das eleições rejeitam ameaça de Trump de assumir o controle da ilha

Após vencer as eleições parlamentares da Groenlândia da terça-feira passada, o Partido Demokraatit, de centro-direita, rejeitou ontem, as recentes pressões feitas pelo presidente americano, Donald Trump, para assumir o controle da ilha, que é um território autônomo da Dinamarca. Favorável a uma independência gradual de Copenhague, a legenda declarou que a Groenlândia não está à venda.

“Não queremos ser americanos. Também não queremos ser dinamarqueses. Queremos ser groenlandeses. E queremos nossa própria independência no futuro. E queremos construir

nosso próprio país por nós mesmos, não com a esperança dele”, disse o líder do partido Jens-Friederik Nielsen, à Sky News.

Trump tem mencionado abertamente o seu desejo de anexar a Groenlândia. Durante uma sessão conjunta no Congresso no dia 4 de março, o presidente americano afirmou que acreditava que Washington iria conseguir a anexação “de uma forma ou de outra”.

**INDEPENDÊNCIA**

Uma ruptura com a Dinamarca não estava na cédula, mas estava na mente de todos. A Groenlândia foi colonizada há 300 anos

pela Dinamarca, que ainda exerce controle sobre a política externa e de defesa do país.

A ilha de 56 mil pessoas, a maioria de origem indígena, está caminhando para a independência desde pelo menos 2009, e os 31 legisladores eleitos moldarão o futuro da ilha enquanto o território debate se chegou a hora de declarar independência.

Quatro dos cinco principais partidos na corrida defendem a independência, mas discordaram sobre quando e como.

A legenda Naleraq ficou em segundo nas eleições. O partido deseja um processo mais rápido de independência, enquanto o

Demokraatit favorece um ritmo mais moderado de mudança.

**VITÓRIA**

O Demokraatit ganhou quase 30% dos votos, em comparação com apenas 9% na eleição de quatro anos atrás, segundo a Greenlandic Broadcasting Corporation, enquanto Naleraq ficou em segundo lugar com quase 25%, acima dos quase 12% em 2021.

A vitória surpreendente do Demokraatit sobre partidos que governaram o território por anos indicou que muitos na Groenlândia se importam tanto com políticas sociais, como saúde e educação, quanto com geopolítica.